



# GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA

## MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

### Monitor da Governança Pan-Amazônica Novembro de 2024

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em novembro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Por meio de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa “Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia”, desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o [OIMC](#) e o [LEGAL](#). O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital [Iniciativa Amazônia+10](#).

### Sumário

Bolívia .....	<a href="#">2</a>
Brasil .....	<a href="#">4</a>
Colômbia .....	<a href="#">8</a>
Equador .....	<a href="#">11</a>
Guiana .....	<a href="#">12</a>
Peru.....	<a href="#">13</a>
Suriname .....	<a href="#">15</a>
Venezuela .....	<a href="#">16</a>
OTCA .....	<a href="#">17</a>

## **Bolívia**

**Por Marília Closs e Débora Bedim**

No mês de novembro, a Bolívia enviou uma delegação para Baku, capital do Azerbaijão, onde aconteceu a 29ª Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança Climática (COP-29). Para a ministra das Relações Exteriores do país, Celinda Sosa, o objetivo da participação neste espaço de articulação multilateral foi “levar a voz da Bolívia para fazer respeitar e aplicar as decisões que acordamos no passado em torno da crise climática” [1]. Sosa destacou que tanto o fardo para os países em desenvolvimento em arcar com ações climáticas, quanto a tentativa dos países desenvolvidos de “deixar de lado” sua responsabilidade histórica no financiamento climático representam desafios que deveriam ser enfrentados com urgência no evento [1].

Durante a COP-29, a ministra participou da “Mesa redonda de alto nível sobre financiamento climático”, em 12 de novembro. O painel tinha como objetivo dialogar sobre a transformação do financiamento climático internacional para torná-lo mais receptivo, equitativo e inovador, abordando soluções para aumentar sua escala, alcance e efetividade. Na ocasião, Sosa convocou a comunidade internacional a perseguir quatro prioridades para que os financiamentos auxiliem as necessidades daqueles países que mais sofrem os efeitos das mudanças climáticas. [2].

A primeira prioridade proposta consistiria no acesso simplificado ao financiamento climático a partir da eliminação de barreiras burocráticas. Segundo Sosa, “as comunidades afetadas não podem esperar, [por isso] a implementação dos recursos deve ser rápida e eficiente” [2]. A segunda prioridade seria o apoio a um financiamento que priorize subvenções ao invés de empréstimos e, no que toca este segundo tipo de instrumento, uma maior utilização dos Direitos Especiais de Saque do FMI como opção de empréstimos sem dívida. A terceira prioridade visaria ao estabelecimento do Fundo de Perdas e Danos. Este fundo foi criado na COP-28 como o objetivo de apoiar países que já estão sofrendo com os efeitos mais graves das mudanças climáticas a partir de doações dos países desenvolvidos. Por fim, a quarta prioridade elencada pela ministra deveria ser a colaboração global para o estabelecimento de um “Novo Objetivo Coletivo Quantificado Sobre Financiamento Climático” (NCQG, sigla em inglês). Para Sosa, o NCQG deveria responder à urgência das necessidades dos países em desenvolvimento e se basear nas capacidades dos países desenvolvidos de cumprir com os seus compromissos [2]. Ao final de sua fala, a ministra afirmou: “Nosso país está

comprometido com o enfoque da justiça climática, [...] [de modo que os recursos] devem ser implementados de maneira que respeitem a dignidade e os direitos dos povos” [2].

Em outra mesa na COP-29, também no dia 12 e intitulada “Financiando a transição energética com justiça e equidade, seguindo as recomendações do painel do Secretário-Geral sobre minerais críticos para a transição energética”, Sosa reiterou a importância de haver uma transição energética justa e equitativa, o que implica respeitar os direitos da *Madre Tierra* e promover um desenvolvimento integral dos povos. Além disso, destacou que a Bolívia está disposta a contribuir para a transição energética global. Afirmou que o país apresenta importantes reservas de lítio e que o governo compreende a responsabilidade que implica possuir minerais fundamentais para esse tipo de transição. Para tanto, defendeu a criação de um novo paradigma de relacionamento internacional que garanta a transferência efetiva de tecnologia e conhecimento, a participação justa nas cadeias de valor, o respeito aos direitos trabalhistas e ambientais, além da distribuição igualitária desses recursos e benefícios [3].

No dia 13 de novembro, ainda na COP-29, Sosa participou do “Evento especial de alto nível sobre os impactos adversos da mudança climática na degradação das bacias hidrográficas”, no qual propôs a criação de um fundo para adaptação e mitigação de bacias hidrográficas. Também enfatizou que a cooperação técnica entre os países que dividem bacias hidrográficas deve ser fortalecida e os sistemas de monitoramento devem regionalizar-se para haver uma melhor gestão dos recursos hídricos compartilhados [4]. Segundo a ministra, a água não deve ser enxergada como um recurso e sim como um direito humano fundamental, o que “deve traduzir-se em ações concretas: maior financiamento climático para a adaptação em países em desenvolvimento, fortalecimento da cooperação técnica científica internacional e respeito pelos conhecimentos tradicionais na gestão da água” [4]. Sosa também expôs informações sobre o *Programa Nacional de Gestión Integrada de Cuencas*, que combina o conhecimento científico com a sabedoria ancestral dos povos, culminando na criação de um sistema de alerta para eventos climáticos extremos combinado à manutenção de práticas tradicionais de gestão da água na Bolívia [4].

Finalizando a agenda da ministra na COP-29, houve um encontro com a diretora global de empoderamento econômico da ONU Mulheres, Jeminah Njuki. O encontro reiterou o compromisso da Bolívia com os objetivos da Agenda 2030 para construir uma sociedade mais justa e igualitária. As duas autoridades revisaram as ações conjuntas para avançar na eliminação da violência contra mulheres e meninas, assegurando a inclusão

de uma perspectiva de gênero nos planos de desenvolvimento e resposta a crises climáticas, além do intercâmbio de boas práticas para aumentar a representação de mulheres na tomada de decisão política e econômica, tanto em nível nacional quanto internacional [5].

Finalmente, no dia 15 de novembro, o ministro da Economia da Bolívia, Marcelo Montenegro, divulgou que o Estado pretende vender créditos de compensação de carbono no valor de US\$ 5 bilhões como tentativa de cumprir a meta de acabar com o desmatamento dentro de suas fronteiras até o final da década. Em suas palavras, essa ação representa “a intenção de conservar, plantar e reflorestar. É uma forma de gerar valor neste país. [...] Todos sabem o quanto gastamos para apagar incêndios, tentando controlá-los. Deveríamos ter recursos para prevenir, mitigar e nos antecipar a eles” [6]. As negociações destes créditos foram realizadas no âmbito da COP-29, onde havia empresas e governos interessados na compra [6].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/12/18736/>
- [2] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/12/18751/>
- [3] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/13/18780/>
- [4] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/13/18763/>
- [5] Disponível em: <https://cancilleria.gob.bo/mre/2024/11/12/18742/>
- [6] Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/bolivia-vendera-us-5-bi-em-creditos-de-carbono-para-conter-desmatamento/>

## **Brasil**

### **Por Diogo Ives e Guilherme Fritz**

Dados divulgados em novembro mostraram resultados positivos no esforço de redução do desmatamento na Amazônia brasileira. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), o desmatamento na Amazônia Legal diminuiu 30,6% entre agosto de 2023 e julho de 2024. Foram desmatados 6.288 km<sup>2</sup> de vegetação nativa, o que correspondeu à menor extensão dos últimos nove anos [1]. Por sua vez, o Observatório do Clima, organização da sociedade civil, publicou a edição de 2023 do seu Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (SEEG), que constatou que o Brasil reduziu em 12% suas emissões em relação a 2022. Tratou-se do melhor desempenho desde 2009, o que foi atribuído principalmente à queda do desmatamento na Amazônia. Apesar da melhora, a região da Amazônia Legal ainda foi responsável por 49% das

emissões de CO<sub>2</sub> em 2023, o que correspondeu a cerca de 1,1 bilhão de toneladas de CO<sub>2</sub> de um total de 2,3 bilhões. Pará e Mato Grosso lideraram as emissões. [2] Apesar da diminuição da poluição atmosférica na região, as emissões associadas ao desmatamento de outros biomas cresceram [3].

Na contramão dos dados positivos sobre desmatamento na Amazônia em 2023, o INPE constatou um avanço de incêndios na vegetação nativa da floresta entre 1º de janeiro e 31 de outubro de 2024. Foram 4,6 milhões de hectares atingidos, o que corresponde a duas vezes o território do estado de São Paulo. Registraram-se 120.821 focos de incêndio no bioma, o que significou um aumento de 51% em comparação ao mesmo período de 2023 (79.998 focos) e o maior número registrado desde 2007 [4]. Diante deste cenário, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, prorrogou, até o final do ano, uma medida provisória do governo federal para facilitar a ajuda financeira da União a estados e municípios no combate a incêndios e queimadas irregulares [5].

No plano internacional, o tema da proteção às florestas recebeu atenção dos chefes de Estado do G20, grupo das vinte maiores economias do mundo que realizaram seu encontro anual no Rio de Janeiro, em 18 e 19 de novembro. O Brasil ocupava a presidência *pro tempore* do grupo desde novembro de 2023 e foi responsável pela organização do evento. A Declaração de Líderes aprovada ao final do encontro dedicou seu ponto 56 à cooperação sobre florestas:

Reconhecendo que as florestas fornecem serviços ecossistêmicos cruciais, bem como atual como sumidouros para fins climáticos, nós enfatizamos a importância de intensificar os esforços para proteger, conservar e gerenciar de forma sustentável as florestas e combater o desmatamento, inclusive por meio de esforços suplementares para deter e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, destacando as contribuições dessas ações para o desenvolvimento sustentável e levando em consideração os desafios sociais e econômicos das comunidades locais, bem como dos povos indígenas. No contexto das florestas, nós evitaremos políticas econômicas verdes discriminatórias, consistentes com as regras da OMC e acordos ambientais multilaterais. Nós estamos empenhados em mobilizar financiamento novo e adicional de todas as fontes para florestas, incluindo financiamento concessional e inovador para países em desenvolvimento. Nós incentivamos mecanismos inovadores que buscam mobilizar novas e diversas fontes de financiamento para pagar por serviços ecossistêmicos. Como tal, tomamos nota dos planos para estabelecer o Fundo Florestas Tropicais Para Sempre (TFFF) e reconhecemos o fundo como uma ferramenta inovadora para a conservação florestal. Nós reafirmamos a ambição do G20 de reduzir a degradação do solo em 50% até 2040 de forma voluntária, conforme empenhado no âmbito da Iniciativa do Solo do G20. Nós também tomaremos medidas para prevenir, gerenciar e lidar com os impactos negativos de secas e incêndios florestais extremos [6].

Em discurso na seção de abertura do G20, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva destacou que as ações de combate às mudanças climáticas e ao fomento de um desenvolvimento sustentável precisam ser combinadas à diminuição da fome e da

pobreza, assim como à reforma da governança global [7]. Em seção temática sobre desenvolvimento sustentável, Lula sugeriu a criação de uma governança climática mais forte e convidou “a comunidade internacional a considerar a criação de um Conselho de Mudança do Clima na ONU, que articule diferentes atores, processos e mecanismos que hoje se encontram fragmentados” [8]. Finalmente, na seção de encerramento, o presidente brasileiro destacou que a cúpula do G20 colocou a mudança do clima na agenda dos Ministérios de Finanças e Bancos Centrais, aprovou o primeiro documento multilateral sobre bioeconomia, definiu princípios-chave sobre comércio e desenvolvimento sustentável e adotou o compromisso de triplicar a capacidade global de energias renováveis até 2030 [9].

A cúpula do G20 no Rio de Janeiro contou com a presença do presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, entre outros chefes de Estado. Antes de chegar ao evento, Biden fez uma escala em Manaus, no dia 17. Tratou-se da primeira visita de um presidente estadunidense à Amazônia no exercício do mandato, feita para comemorar os 200 anos da relação com o Brasil e anunciar ações de cooperação na agenda climática. Biden fez um sobrevoo da floresta, visitou o Museu da Amazônia e anunciou diversas medidas, tais como: acordos para o combate ao crime organizado vinculado ao desmatamento, à mineração e a incêndios florestais; doação de US\$ 50 milhões ao Fundo Amazônia (dobrando o valor que os Estados Unidos tinham destinado ao fundo até então); investimento de US\$ 180 milhões na Coalizão para Redução de Emissões por meio do Avanço do Financiamento Florestal (Leaf), formada por grandes empresas privadas transnacionais, para apoiar ações de reflorestamento no Pará; lançamento de uma coalizão de investidores, em parceria com o banco BTG Pactual, para restauração de terras e apoio à bioeconomia, que pretende arrecadar US\$ 10 bilhões até 2030; adesão ao Fundo Florestas Tropicais para Sempre, projeto proposto pelo Brasil e atualmente em fase de discussão com outros países; e estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil e comunidades indígenas [10].

Por sua vez, o presidente da China, Xi Jinping, viajou para Brasília após a cúpula do G20 para uma visita de Estado, no dia 20. A declaração conjunta emitida após uma reunião com o presidente Lula destacou a ambição mútua de elevar a parceria estratégica entre Brasil e China ao patamar de uma “Comunidade de Futuro Compartilhado por um Mundo mais Justo e um Planeta Sustentável” pelos próximos 50 anos. Os dois presidentes assinaram 37 acordos em diversos temas. Embora nenhum deles tratasse especificamente da Amazônia, convém destacar a intenção de promover sinergias entre estratégias

brasileiras de desenvolvimento, como o Programa Rotas da Integração Sul-Americana, e a Iniciativa Cinturão e Rota, patrocinada por Pequim para realizar investimentos na infraestrutura logística de diversos países [11]. No dia 25, o Ministério do Planejamento brasileiro anunciou que destinará R\$ 4,5 bilhões ao Programa Rotas em 2025 (o qual conta com diversos projetos de infraestrutura na Amazônia Legal) e que avaliará com a China o melhor trajeto para o caminho que, passando pela região amazônica, possa ligar áreas produtoras de grãos do Centro-Oeste e do Norte do Brasil com o porto de Chancay, no Peru, financiado por Pequim e inaugurado na semana passada [12]. Além disso, no que toca a mineração, a empresa chinesa CNT anunciou a compra das operações da brasileira Taboca, no Amazonas, para produzir estanho, nióbio e tântalo [13].

A Amazônia também recebeu atenção de outros países no plano bilateral em novembro. No dia 17, o primeiro-ministro da Noruega, Jonas Gahr Støre, anunciou uma nova doação de US\$ 60 milhões (R\$ 348 milhões) ao Fundo Amazônia. O país é o maior parceiro do fundo e já doou mais de US\$ 1,26 bilhão (cerca de R\$ 3,46 bilhões) desde 2009 [13]. Por sua vez, no dia 27, o governo da Dinamarca comunicou que fará sua primeira doação ao fundo, no valor de \$ 150 milhões de coroas dinamarquesas (cerca de R\$ 127 milhões). Com a entrada da Dinamarca, o grupo de países doadores do Fundo Amazônia passou a contar com sete membros (os demais, além da Noruega já mencionada, são Alemanha, Estados Unidos, Suíça, Japão e o próprio Brasil, por meio da Petrobras) [15].

Por fim, na COP-29 do Clima, em Baku, a delegação brasileira foi chefiada pelo vice-presidente da República, Geraldo Alckmin. A ação de maior destaque no evento foi a apresentação da terceira geração brasileira da Contribuição Nacionalmente Determinada para a redução de emissões de gases do efeito estufa no âmbito do Acordo de Paris. O governo brasileiro estipulou que esta redução será em torno de 59% a 67% em 2035, em relação a 2005, buscando uma queda dos atuais 2 bilhões de toneladas de CO<sub>2</sub> para algo entre 850 milhões e 1,05 bilhão, com vistas, no no mais longo prazo, a atingir a neutralidade de carbono em 2050 [16]. Além disso, a delegação brasileira lançou a Plataforma Brasil de Investimentos Climáticos e Transformação Ecológica, criada para mobilizar capital nacional e internacional para projetos elencados como prioritários pelo governo [17]. A próxima edição do evento, a COP-30, será realizada em Belém do Pará, no ano que vem.

## *Referências*

- [1] Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2024/11/06/amazonia-brasileira-registra-menor-area-desmatada-em-nove-anos-oficial.htm>.
- [2] Disponível em: <https://infoamazonia.org/2024/11/07/amazonia-legal-foi-responsavel-por-49-das-emissoes-do-brasil-em-2023/>
- [3] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/07/com-desmatamento-em-baixa-emissoes-brasileiras-registraram-a-maior-queda-em-15-anos-em-2023/>
- [4] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/06/inpe-quase-5-milhoes-de-hectares-da-amazonia-ja-foram-queimados-em-2024/>
- [5] Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2024/11/06/pacheco-prorroga-mp-que-trata-da-prevencao-de-queimadas-irregulares-e-incendios-florestais.ghtml>
- [6] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/g20-rio-de-janeiro-leaders-em-portugues.pdf>
- [7] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2024-11/confira-integra-do-discurso-de-lula-na-abertura-do-g20>
- [8] Disponível em: <https://climainfo.org.br/2024/11/19/g20-lula-propoe-a-criacao-de-conselho-climatico-na-onu/>
- [9] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/discursos-e-pronunciamentos/2024/11/discurso-do-presidente-lula-na-sessao-de-encerramento-da-cupula-do-g20-e-transmissao-da-presidencia-para-a-africa-do-sul-1>
- [10] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-11/eua-formalizam-apoio-conservacao-em-visita-de-biden-amazonia>
- [11] Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2024/11/em-visita-de-estado-do-presidente-xi-jinping-brasil-e-china-ampliam-patamar-das-relacoes-bilaterais>
- [12] Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/11/25/uniao-destinara-r-45-bi-ao-programa-rotas.ghtml>
- [13] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/empresa-chinesa-compra-mina-de-estanho-de-r-2-bi-na-amazonia.shtml>
- [14] Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2024/11/noruega-anuncia-mais-us-60-milhoes-para-o-fundo-amazonia.shtml>
- [15] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/noticias/dinamarca-se-junta-aos-grandes-doadores-do-fundo-amazonia-com-aporte-de-r-127-milhoes>
- [16] Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/meio-ambiente/noticia/2024-11/brasil-e-segundo-pais-entregar-meta-de-emissoes-na-cop29>
- [17] Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/noticias/nova-ndc-do-brasil-representa-paradigma-para-o-desenvolvimento-do-pais-diz-marina-na-cop29>

## Colômbia

Por **Júlia Furtado Reis** e **Matheus Petrelli**

Elevados volumes pluviais atingiram várias cidades colombianas no início do mês de novembro. A capital do país, Bogotá, foi uma das regiões mais afetadas pelos efeitos das chuvas. Segundo o prefeito da cidade, Carlos Fernando Galán, o volume foi o maior registrado em 27 anos. Além de causar inundações, cinco deslizamentos de terra foram

registrados. No dia 7 de novembro, o acontecimento foi apontado pelo presidente, Gustavo Petro, como um exemplo de que “o Estado demonstra cada vez mais as suas deficiências na luta contra a crise climática” [1].

No dia seguinte, o governo colombiano anunciou o financiamento de 42 projetos para a conservação da Amazônia e para o empoderamento de povos indígenas [2]. O financiamento dos projetos está no escopo do programa “REM Visión Amazonía”, uma iniciativa do governo colombiano que conta com o apoio de Noruega, Alemanha e Reino Unido. O programa busca reduzir o desmatamento na Amazônia dando ênfase na governança com participação indígena. Os projetos selecionados refletem a prioridade dos povos indígenas da região em quatro áreas vitais: o território e o ambiente; o autogoverno; a economia e produção; e a mulher e família. De acordo com a Ministra do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Susana Muhamad, cerca de 52% dos projetos selecionados serão liderados por mulheres indígenas [2].

Além disso, três dias após a fala de Petro sobre a dificuldade de conter a crise climática, Ghislaine Echeverry, diretora do Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (IDEAM), indicou que haveria manutenção dos elevados volumes pluviais por todo o mês. Visando mitigar os efeitos causados pelas fortes chuvas, a diretora destacou a importância dos sistemas de emergência que incluem alarmes de deslizamento e estão presentes em mais de 600 municípios. Apesar da constatação, Echeverry garantiu que o nível dos reservatórios não aumentaria. Por conta da forte seca que atingiu o país nos últimos meses, “a situação lá permanece em um nível muito crítico” [3].

Como consequência do impacto das tempestades em diferentes regiões da Colômbia, Gustavo Petro precisou cancelar sua presença na COP-29, que aconteceu entre os dias 11 e 22 de novembro, no Azerbaijão [4]. A Colômbia foi representada no evento por Susana Muhamad, que fez um breve balanço do avanço das ações-chave prioritárias identificadas pelo IPCC como imprescindíveis para responder à crise climática [5]. São elas: a expansão das energias renováveis; a proteção da biodiversidade e das florestas; e a redução das emissões de metano, especialmente em países produtores de petróleo [5]

Em relação ao primeiro tópico, Muhamad ressaltou a desigualdade no acesso às fontes renováveis de energia entre países desenvolvidos (que conseguiram triplicar sua produção energética desse tipo) e países em desenvolvimento (que usualmente têm acesso insuficiente a essas fontes). Visando a avançar na proteção das florestas e da biodiversidade, a ministra destacou a necessidade da criação de mecanismos de

financiamento que recompensem os serviços ecossistêmicos dos países que têm grandes reservas florestais. Por fim, Muhamad destacou o potencial do Tratado de Não Proliferação de Combustíveis Fósseis como um orientador da transição econômica dos países produtores de petróleo em direção a um modelo energético sustentável [5].

Para além da COP-29, no dia 25 de novembro, o governo colombiano firmou um pacto de proteção ambiental com comunidades e autoridades locais de Guaviare, na Amazônia colombiana. O Pacto pelo Desenvolvimento Territorial de Guaviare pretende promover uma melhor organização territorial da região, buscando resolver sobreposições de propriedades [6]. Ademais, o pacto procura estabelecer uma economia florestal que fortaleça a conservação ambiental da região.

Por fim, em 28 de novembro, foi anunciado que a Conferência das Partes da Convenção de Diversidade Biológica da ONU (COP-16) será retomada entre os dias 25 e 27 de fevereiro de 2025 em Roma, com o objetivo de finalizar debates que ficaram pendentes durante as sessões que aconteceram em Cali, na Colômbia. Susana Muhamad, que atuou como presidente da COP-16, afirmou que, mesmo tendo 47 decisões estratégicas aprovadas em Cali, ainda ficaram em aberto decisões sobre temas relevantes, como o financiamento, o planejamento e o monitoramento de ações no tema da proteção da biodiversidade [7].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.infobae.com/colombia/2024/11/07/petro-aseguro-que-inundaciones-en-bogota-demuestran-que-el-estado-ha-fallado-en-la-lucha-contra-la-crisis-climatica/>
- [2] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-anuncia-mas-de-28-000-millones-para-pueblos-indigenas-de-la-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://www.larepublica.co/economia/mas-de-600-municipios-en-alerta-por-las-lluvias-y-tormentas-electricas-advierte-ideam-3996007>
- [4] Disponível em: <https://www.estadao.com.br/internacional/petro-declara-situacao-de-desastre-devido-a-desastres-climaticos-em-toda-a-colombia/?srsltid=AfmBOor2e3o2UR8VZ3DnNtdkXYaSMYVw1FlaEqurPFqQ5uDsTx9iJhyq>
- [5] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/colombia-exige-acciones-concretas-y-financiacion-en-la-cop29/>
- [6] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/minambiente-comunidades-y-autoridades-locales-firman-pacto-por-el-desarrollo-de-guaviare/>
- [7] Disponível em: <https://www.minambiente.gov.co/cop16-se-reanudara-en-febrero-de-2025-para-acordar-temas-clave/>

## **Equador**

### **Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 6 de novembro, o governo de Daniel Noboa anunciou a transferência de US\$ 4 milhões aos Governos Autônomos Descentralizados (GAD) de Sierra Centro e Pastaza, esta última na região amazônica [1]. Os recursos, que fazem parte de um montante de US\$ 20 milhões que serão desembolsados a distintos governos locais, serão destinados a projetos de infraestrutura que incluem fornecimento de água potável, esgoto, irrigação e estradas. A transferência de recursos conta com a participação do Banco de Desenvolvimento do Equador (BDE) e o Ministério de Economia e Finanças (MEF). Durante a cerimônia do anúncio, Noboa pontuou a importância da cooperação entre distintos setores para alcançar o desenvolvimento nacional e o compromisso do governo central em atender áreas “esquecidas” por gestões anteriores.

Além disso, no dia 20 de novembro, membros dos centros indígenas Shuar Pumpuis e Tayuntza Norte, localizados na província amazônica de Morona Santiago, receberam títulos de atribuição de terras pela primeira vez em 15 anos [2]. A iniciativa foi organizada pelo Ministério do Ambiente, Água e Transição Ecológica (MAATE) e contou com o apoio da iniciativa REDD+, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Fundo Verde para o Clima. O evento contou com a participação da vice-ministra do Meio Ambiente, María Cristina Recalde, que destacou os esforços do presidente Daniel Noboa para a concretização do processo.

Representando o equivalente a 9.085,52 hectares, os títulos foram entregues a 359 membros da comunidade Shuar, dos quais 47% são mulheres. Eles significam um avanço na proteção dos direitos da população indígena e na conservação das florestas e sua biodiversidade, além de um marco na garantia de serviços básicos e saneamento ambiental. A ação também promove a pertença aos territórios ancestrais e a inclusão e valorização das cosmovisões e conhecimentos tradicionais em programas e políticas de mitigação das mudanças climáticas no Equador, reforçando os compromissos ambientais da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentro deste marco, é esperado um projeto de restauração florestal no Centro Shuar Pumpuis, em parceria com a Fundación Ecológica Arco-Íris, cuja meta é a recuperação de 100 hectares mediante a plantação de 10.000 plantas nativas – elementos que, no longo prazo, podem melhorar a qualidade da água e promover a revitalização do Bosque Protector Kutukú Shaimi – o maior do país.

Por fim, no dia 27, os governos do Equador e dos Estados Unidos firmaram um acordo de US\$ 7,6 milhões para o combate à mineração ilegal e a profissionalização dos portos do país [3]. Segundo o governo, a assinatura se deu mediante a Emenda 19 do *Convenio de Cooperación Bilateral*, relacionado ao fortalecimento da capacidade institucional da República do Equador para controlar a produção e o tráfico ilícito de drogas. A Ministra de Relações Exteriores e Mobilidade Humana, Gabriela Sommerfeld, reiterou os esforços do presidente Noboa para desarticular as redes criminosas, agradecendo o apoio dos Estados Unidos nesta agenda.

### Referências

- [1] Disponível em: <https://www.comunicacion.gob.ec/el-gobierno-nacional-transfirio-usd-4-millones-a-gobiernos-de-la-sierra-centro-y-pastaza-para-impulsar-obras-de-vialidad-agua-y-riego-entre-otros/>
- [2] Disponível em: <https://www.proamazonia.org/ppr/el-maate-adjudico-tierras-a-comunidades-shuar-para-fomentar-el-desarrollo-local-y-la-conservacion-ambiental/>
- [3] Disponível em: <https://www.cancilleria.gob.ec/2024/11/27/ecuador-recibe-76-millones-de-dolares-de-ee-uu-para-combatir-al-crimen-organizado-el-narcotrafico-y-la-mineria-ilegal/>

## Guiana

### Por Guilherme Fritz

Entre os dias 11 e 22 de novembro, a República Cooperativa da Guiana participou da 29ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP-29), que ocorreu em Baku, no Azerbaijão. A delegação guianense apresentou a estratégia de desenvolvimento do governo, cujo objetivo é centrado em demonstrar que a renda petrolífera é capaz de acelerar o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono. Em essência, o programa *Low Carbon Development Strategy 2030* (LCDS 2030), já em andamento, busca desafiar a ideia de que uma economia alavancada pelo petróleo é absolutamente antagônica à preservação ambiental. A estratégia se ampara sobre três elementos: 1) reconhecimento de que o território do país é ameaçado pela elevação do nível do mar; 2) escolha de explorar as reservas de petróleo descobertas em 2015 para elevar o crescimento econômico (o país é terceiro maior produtor de petróleo fora da OPEP); e 3) aposta no aproveitamento do potencial das suas florestas para compensar emissões de gases de efeito estufa [1][2][3].

## Referências

- [1] Disponível em: <https://dpi.gov.gy/guyanas-leadership-recognised-at-cop29-in-baku/>  
[2] Disponível em: <https://guyanabusinessjournal.com/2024/11/guyanas-cop-29-mandate-balancing-oil-wealth-with-climate-leadership/>  
[3] Disponível em: <https://lcds.gov.gy>

## Peru

### Por Kethlyn Winter e Jefferson Nascimento

No mês de novembro, a política ambiental no Peru teve como destaques o lançamento da Estratégia Nacional para Mudança Climática e as participações de diferentes membros do governo na 16ª Conferência das Partes do Convênio da ONU sobre Diversidade Biológica (COP-16), na 29ª Conferência do Clima da ONU (COP-29) e na reunião da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC). A Estratégia Nacional para Mudança Climática vinha sendo discutida entre membros do governo e foi finalmente aprovado no dia 27 de novembro. Trata-se de um instrumento de gestão que prevê metas para serem alcançadas até 2050, visando à redução da emissão dos gases do efeito estufa por meio da maximização do uso de energias renováveis [1].

Na COP-16 da Biodiversidade, que ocorreu em Cali, na Colômbia, entre os dias 21 de outubro e 1º de novembro, o Peru foi representado por uma extensa delegação liderada pelo Ministério do Meio Ambiente (Minam) e conformada por funcionários do Ministério das Relações Exteriores (MRE), do Ministério da Cultura e de diferentes setores da sociedade civil [2]. Durante o evento, o Peru reafirmou seu compromisso em seguir as diretrizes do Convênio sobre Diversidade Biológica [3], do Protocolo de Nagôia [4] e do Protocolo de Cartagena sobre Biossegurança [5].

Na COP-29 do Clima, realizada na cidade de Baku, no Azerbaijão, entre os dias 11 e 22 de novembro, a representante da delegação peruana, Berioska Quispe, ressaltou as estratégias do Peru para atrair investimentos privados ao mercado voluntário de créditos de carbono, como a aprovação do Registro Nacional de Mitigação (Renami), um instrumento para garantir transparência e facilitar o acesso ao financiamento, e o projeto intitulado *Opciones para fortalecer el Mercado Voluntario de Carbono (MVC) en Perú*, que aborda as causas e impactos das mudanças climáticas. Além disso, Quispe destacou a criação do Nível de Referência de Emissões Florestais e os Mapas de Risco de Desmatamento, duas ferramentas que ajudam a monitorar a Amazônia [6]. Já a vice-

ministra do Minam, Raquel Soto, enfatizou a necessidade de que os financiamentos para apoiar os países em desenvolvimento a lidar com as questões climáticas sejam aplicados de forma equitativa e não impliquem em endividamento para esses países mais pobres, visto que estes tendem a ser os mais afetados pelos efeitos das mudanças climáticas.

Na 31ª Cúpula do Fórum de Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), o Peru teve um papel de destaque ao sediar o evento, que ocorreu entre os dias 10 e 16 de novembro na capital, Lima. A presidenta Dina Boluarte e o chanceler Elmer Schialer enfatizaram em seus discursos a necessidade de promover o desenvolvimento sustentável junto às empresas de pequeno e médio portes. Mencionaram a importância da Declaração de Pucallpa, adotada em consenso em setembro deste ano na Reunião de Ministros Responsáveis por Empresas Pequenas e Médias da APEC [7]. O objetivo da Declaração é promover um crescimento econômico mais inclusivo e resiliente na Ásia e no Pacífico [8].

Contudo, apesar da ênfase na ideia de “desenvolvimento sustentável” nos discursos oficiais, apenas um dos pontos da Declaração de Pucallpa versa sobre questões relacionadas a sustentabilidade. Este ponto diz respeito às diretrizes estabelecidas nos Objetivos de Bangkok, acordados em 2023, através dos quais os países-membros da APEC concordam em implementar o modelo de “Economia Biocircular-Verde” fomentando as capacidades das empresas de pequeno e médio portes. Quando analisada a Declaração de Pucallpa como um todo, porém, nota-se que essa questão levantada nos Objetivos de Bangkok é mencionada de forma marginal, sendo que grande parte do conteúdo da Declaração tem como fim a manutenção de práticas voltadas para impulsionar o crescimento econômico [9].

Essa contradição entre discurso e prática foi apontada pela sociedade civil durante o fórum da APEC. Associações sindicais e movimentos sociais organizaram um fórum alternativo para criticar as iniciativas debatidas no espaço de autoridades políticas e denunciaram que a presidente Boluarte estaria mentindo ao dizer que as decisões tomadas ajudariam a solucionar os problemas do país. Em uma conferência de imprensa, os ativistas questionaram o fato de os investimentos discutidos na reunião de cúpula se concentrarem em setores extrativistas, o que gera graves impactos ambientais, além de vulnerabilizar os direitos territoriais das comunidades e de trabalhadores. Disseram ainda que não é verdade a retórica de que os acordos se orientam em favor da industrialização, da diversificação produtiva e da transferência de tecnologia [10]. Na verdade, o que

estaria em jogo nas negociações, segundo os críticos, é o aprofundamento do modelo explorador dos bens coletivos naturais.

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1065302-gobierno-aprueba-estrategia-nacional-ante-el-cambio-climatico-al-2050>
- [2] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1050746-peru-en-la-cop-16-destaca-su-compromiso-con-la-biodiversidad-el-cambio-climatico-y-los-pueblos-indigenas>
- [3] Convênio internacional ratificado por 196 países voltado para a conservação da diversidade biológica, utilização sustentável de seus componentes e participação justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização de seus recursos.
- [4] Protocolo adotado durante a décima reunião da Conferência das Partes (COP-10), na cidade de Nagoia, no Japão, que busca viabilizar a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos da biodiversidade e dos conhecimentos tradicionais a eles associados.
- [5] Protocolo que visa a assegurar um nível adequado de proteção no campo da transferência, da manipulação e do uso seguros dos organismos vivos modificados resultantes da biotecnologia moderna. A iniciativa almeja garantir o uso da diversidade biológica de forma sustentável com segurança para a saúde humana.
- [6] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1058841-cop-29-peru-impulsa-mercados-de-carbono-que-aseguren-la-conservacion-ambiental-y-el-desarrollo-sostenible>
- [7] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1057432-canciller-schialer-apec-peru-2024-propone-una-agenda-orientada-al-desarrollo-inclusivo-digital-y-sostenible-de-las-pymes>
- [8] Disponível em: <https://www.gob.pe/institucion/minam/informes-publicaciones/4105964-declaracion-de-pucallpa-por-el-trabajo-conjunto-en-favor-de-la-conservacion-de-los-bosques-y-la-reduccion-de-la-deforestacion>
- [9] Disponível em: <https://www.apecperu.pe/2024/declaracion-de-pucallpa-de-los-ministros-de-pequena-y-mediana-empresa/>
- [10] Disponível em: <https://larepublica.pe/politica/actualidad/2024/11/14/foro-social-alternativo-senala-que-apec-no-solucionara-los-problemas-del-pais-259826>

## **Suriname**

### **Por Guilherme Fritz**

No dia da independência do Suriname, 25 de novembro, o presidente Chan Santokhi anunciou que todos os cidadãos considerados adultos receberão um valor de US\$ 750,00 ao mês, em contas de poupanças com um rendimento anual de 7%. A medida busca dinamizar a distribuição de renda potencial que está sendo promovida pelos investimentos no campo de óleo e gás. No mês passado, por exemplo, a TotalEnergies

anunciou que fará investimentos de US\$ 10,5 bilhões em exploração petrolífera no Suriname. Em discurso, Santokhi reconheceu que existem casos na história nos quais o petróleo tornou-se uma espécie de “maldição”, como em Venezuela, Angola e Argélia, países que não conseguiram escapar da “doença holandesa”. Sendo assim, o presidente do Suriname afirmou que o modelo de desenvolvimento do país será baseado na experiência da Noruega, que, através da criação de um fundo soberano, conseguiu transformar as rendas do petróleo em um motor virtuoso para o restante da economia e para a sociedade em geral [1][2].

### *Referências*

[1] Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2024/nov/25/suriname-president-oil-wealth>

[2] Disponível em: <https://www.kaieteurnews.com/2024/11/27/suriname-to-deposit-royalty-from-oil-to-citizens-bank-accounts/>

### **Venezuela**

#### **Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun**

Em novembro, a ONG SOS Orinoco voltou a se pronunciar sobre a mineração ilegal de ouro na Venezuela. Desta vez, a denúncia afirma que “a suposta luta do regime contra a mineração ilegal é uma farsa: todas essas minas estão em plena expansão, nas mãos de mineradores que atuavam no parque nacional Yapacana, e contam com vista grossa dos militares” [1]. Em relação à execução das operações Roraima 2022, Autana 2023 e Neblina 2024, a ONG afirma que “parecem ter uma finalidade principalmente propagandística, que busca limpar a imagem do regime”. A ONG denuncia que o tema ambiental e de proteção da biodiversidade não está na agenda pública venezuelana e que as operações militares para combater a mineração ilegal ocasionam enfrentamentos com mineradores e comunidades indígenas, o que se traduz em mais mortes, violações de direitos humanos e impactos ambientais. A conclusão da denúncia é de que os povos indígenas que habitam a Amazônia venezuelana são afetados pela mineração ilegal, que atinge um total de 65.985 hectares na região [2].

Apesar das denúncias, o governo de Nicolás Maduro segue com as operações contra a mineração ilegal. Em novembro foram implementadas ações que fazem parte da Operação Carida 1-2024, cujo objetivo é proteger o meio ambiente [3]. Com esse intuito

e buscando reforçar a luta contra a mineração ilegal, a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) promoveu a destruição de material utilizado para tal fim no estado de Amazonas. O Comandante Estratégico Operacional da FANB, Domingo Hernández Lárez, detalhou que a operação seguiu ordens diretas do Presidente da República, Nicolás Maduro, e que foram apreendidos equipamentos diversos, como motocicletas, motobombas, rolos de mangueira, panela e combustíveis [4].

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://www.elnacional.com/venezuela/sos-orinoco-supuesta-lucha-del-regimen-contra-la-mineria-ilegal-es-una-farsa/>
- [2] Disponível em: <https://efectocucuyo.com/la-humanidad/ong-estima-65-985-hectareas-afectadas-por-la-mineria-ilegal-en-la-amazonia-venezolana/>
- [3] Disponível em: [https://www.instagram.com/zodi\\_zulia/reel/DCWzbN0xH\\_L/](https://www.instagram.com/zodi_zulia/reel/DCWzbN0xH_L/)
- [4] Disponível em: <https://eluniversal.com/sucesos/195159/fanb-destruye-material-utilizado-en-mineria-ilegal-en-amazonas>

## **OTCA**

### **Por Beatriz Bandeira de Mello**

No dia 6 de novembro, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) firmaram compromissos para a elaboração de uma estratégia sub-regional em saúde para a América do Sul [1]. Com previsão de início para 2025 e duração de cinco anos, o projeto prevê intervenções em temas como mudança climática, saúde indígena e acesso a serviços de saúde em áreas rurais. O encontro contou com a participação da Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e da Chefe do Escritório de Coordenação de Países e Sub-regiões da OPAS, Piedad Huerta, que destacaram a importância da cooperação regional na área da saúde e da promoção de políticas que promovam o desenvolvimento sustentável da Amazônia.

No mesmo dia, Vanessa Grazziotin participou de uma reunião técnica, organizada pela OTCA em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e o Consórcio Amazônia Legal (CAL), para mapear oportunidades e desafios para o desenvolvimento sustentável da região [2]. Com foco na COP-30, que será realizada no Brasil em 2025, Grazziotin apontou a Declaração de Belém como referência para a

elaboração de políticas que equilibrem a preservação da biodiversidade e o bem-estar das comunidades locais na Amazônia.

Em termos financeiros, a Diretora Executiva da OTCA destacou a relevância da regionalização dos investimentos, indicando que políticas locais como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o Plano Safra e a Transformação Ecológica devem se atentar às especificidades de cada região. Na mesma agenda, representantes da Amazônia Legal e executivos de bancos federais, como a Caixa, o BNDES e o Banco do Brasil, discutiram formas de fomentar linhas de financiamento que promovam a geração de emprego e renda na Amazônia.

No dia 7 de novembro, durante a 9ª Reunião do Comitê Diretivo do Projeto Amazonas: Ação Regional na Área de Recursos Hídricos – Fase II, membros da OTCA, da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) e da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), anunciaram a renovação do projeto até dezembro de 2025 [3]. A decisão visa a fortalecer a cooperação técnica para a gestão sustentável da água da Bacia Amazônica com a participação dos oito países que compartilham o recurso. Segundo a OTCA, o projeto promove o intercâmbio de conhecimentos e capacidades técnicas, além de prover informações sobre os recursos hídricos e impactos das mudanças climáticas sobre a região.

Dentre os marcos alcançados durante a segunda fase estão: a criação da Rede Hidrológica Amazônica (RHA) e da Rede de Qualidade da Água (RQA), com participação da OTCA. Esses dispositivos permitem a padronização dos protocolos de monitoramento da quantidade e qualidade da água, promovem o fortalecimento da governança regional e fornecem dados que são usados para a construção de ações de conservação hídrica. Para a próxima fase está prevista a instalação de Plataformas de Coleta de Dados (PCD), na Bolívia e no Peru, e a atualização dos módulos de Redes e Recursos Hídricos na Sala de Situação, estrutura que fornece respostas rápidas diante de eventos críticos.

No dia 8 de novembro, membros da OTCA e da OPAS se reuniram novamente para discutir os detalhes da Estratégia de Cooperação Sub-regional de Saúde para a América do Sul [4]. Ao longo da reunião, os representantes discutiram os principais desafios enfrentados pelas comunidades da região, como a atenção primária em áreas de fronteira, o controle de doenças transmissíveis, como a malária, e a preparação para desastres e emergências. O esforço entre as duas organizações corrobora os compromissos de saúde da Agenda 2030 e aqueles firmados na Declaração de Belém. Além disso, a

atividade faz parte de uma série de compromissos da OPAS na América do Sul em busca da promoção de uma agenda comum de saúde na região. A assinatura do documento está prevista para abril de 2025.

No dia 12, a Diretora Executiva da OTCA, Vanessa Grazziotin, e o Coordenador de Assuntos Indígenas, Freddy Mamani, estiveram com Juliette Biao, Diretora do Secretariado do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas [5]. O encontro aconteceu às margens da COP 29 realizada em Baku, no Azerbaijão, e nele foram discutidos temas relativos aos mecanismos de financiamento climático para conservação e gestão sustentável das florestas, com destaque para a Estratégia de Financiamento Florestal, iniciativa que a OTCA pretende apresentar em dezembro deste ano em Brasília. Os representantes também dialogaram sobre os preparativos para a 20ª Sessão do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas, que ocorrerá em maio de 2025, e a COP 30, que será no Brasil, na qual espera-se o fortalecimento das alianças regionais para mitigação das mudanças climáticas e gestão integral das florestas amazônicas.

Grazziotin e Mamani também participaram de painéis sobre a implementação de acordos de financiamento global para o enfrentamento da crise climática, a redução das emissões de gases do efeito estufa e estabilização da economia global em 1,5°C. A programação também incluiu a participação em debates sobre ações de adaptação e resiliência às alterações climáticas, transferência de tecnologias, desenvolvimento de capacidades e justiça climática.

No dia 14 de novembro, a OTCA organizou a Reunião Virtual Informativa da Rede Amazônica de Manejo Integral do Fogo (RAMIF) como primeiro passo para a realização do primeiro Workshop Regional do Grupo Técnico de Trabalho (GTT), que acontecerá em dezembro, em Brasília [6]. O objetivo do encontro, que reuniu técnicos e especialistas no assunto, foi debater as atividades do Plano Bienal de Trabalho do RAMIF, a agenda e a metodologia do workshop. A RAMIF, criada em 2023, é uma iniciativa promovida pela OTCA alinhada com o Memorando de Entendimento para a Cooperação e Assistência Mútua no Manejo Integral do Fogo (MOU-MIF) e a Declaração de Belém.

Segundo a OTCA, dentre as ações previstas para o workshop estão: a implementação de um protocolo operacional para a cooperação regional com foco em respostas imediatas frente a incêndios florestais na região amazônica; a capacitação em Manejo Integral do Fogo, a partir de programas educativos e cursos básicos; a elucidação de boas práticas no manejo do fogo, por meio da disseminação de conhecimentos técnicos e tradicionais para aplicação regional; e a elaboração de uma estratégia de comunicação

regional voltada para a promoção de comportamentos responsáveis e mudanças sociais na gestão do fogo.

Por fim, reunidos em Santiago do Chile entre os dias 26 e 27 de novembro, representantes da OTCA participaram do Diálogo de Política Regional sobre Gestão de Riscos de Desastres (DRP) [7]. Organizado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo Ministério de Relações Exteriores do Chile, o evento reuniu autoridades, organizações internacionais e especialistas do setor, que debateram estratégias de combate aos incêndios florestais. Carlos Salinas, Coordenador do Meio Ambiente da OTCA, apresentou o Plano de Trabalho Bienal (2024-2026) para a implementação do Memorando de Entendimento sobre Cooperação e Assistência Mútua para o Manejo Integral do Fogo (MIF MoU) entre os países amazônicos. Salinas destacou a importância da cooperação transfronteiriça e a troca de conhecimento entre os países da região. Durante o DRP, os participantes também analisaram propostas de mecanismos de ajuda mútua, planos operacionais e memorandos de entendimento com o objetivo de promover uma governança eficaz e sustentável no combate à incêndios, fortalecendo a capacidade de resposta dos países amazônicos a eventos extremos.

### *Referências*

- [1] Disponível em: <https://otca.org/pt/otca-e-opas-iniciam-colaboracao-para-fortalecer-a-saude-na-amazonia/>
- [2] Disponível em: <https://otca.org/pt/diretora-executiva-participa-de-reuniao-tecnica-para-impulsionar-o-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia/>
- [3] Disponível em: <https://otca.org/pt/projeto-amazonas-estende-sua-vigencia-ate-2025-para-fortalecer-a-gestao-integrada-de-recursos-hidricos-na-amazonia/>
- [4] Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-entre-a-opas-e-a-otca-um-passo-em-direcao-a-cooperacao-em-saude-na-amazonia/>
- [5] Disponível em: <https://otca.org/pt/reuniao-chave-na-cop29-para-a-amazonia-otca-e-forum-florestal-da-onu-fortalecem-alianca/>
- [6] Disponível em: <https://otca.org/pt/a-otca-inicia-os-preparativos-com-uma-reuniao-virtual-para-o-primeiro-workshop-regional-da-ramif/>
- [7] Disponível em: <https://otca.org/pt/gestao-do-fogo-otca-apresenta-seu-plano-estrategico-no-dialogo-regional-no-chile/>